

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

No dia 12 de janeiro de 2023, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC/PE, considerando ser a reunião de caráter ordinário. Presentes à reunião, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Diomedes de Oliveira Neto; George Félix Cabral de Souza; Margarida de Oliveira Cantarelli; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão; Roberto José Marques Pereira.** Conselheiros (as) Suplentes: **Claudia Pereira Pinto; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho;** **Pauta: 1. Relatório de Transição da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural.** Cássio Raniere Ribeiro da Silva explicou que em virtude da exoneração dos cargos comissionados, em 03 de janeiro de 2023, a senhora Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos não se encontra presente para apresentar o relatório, mas solicitou à equipe da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural que acatasse o pleito do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural a fim de subsidiar essa reunião. Constam como elementos desse material: **1. O organograma da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural. 2. Aborda o papel da gerência:** A Fundarpe, por meio da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural, atua na gestão, coordenação e supervisão das atividades relacionadas com a política de preservação e memória dos bens materiais e imateriais de Pernambuco, detentores de valores patrimoniais, através de ações de proteção, processos de inventário, tombamento e registro, de execução de ações de conservação e salvaguarda do patrimônio protegido e da utilização e destinação dos bens preservados e passíveis de preservação do Estado. A estrutura organizacional da Gerência está subdividida em duas coordenadorias: Gestão do Patrimônio Histórico, responsável pelas competências referentes ao Patrimônio Material e Coordenadoria de Patrimônio Imaterial. **3. A gestão do patrimônio histórico material:** compete prover à Fundarpe assessoramento técnico sobre as políticas voltadas ao Patrimônio Cultural Material do Estado, atuando nas atividades promovidas e/ou atribuídas à GGPPC, que advém desde a criação da Fundação, em 1973. No início atuando em conformidade com a legislação específica Federal, de acordo com o Decreto Lei nº 25/1937, e a partir de 1979, também de acordo com a legislação estadual, a Lei nº 7970/1979. A Constituição Brasileira de 1988 veio ampliar o arco de temas compreendidos como patrimônio cultural, configurando novas atribuições para os órgãos de preservação. Compete ao setor: identificação, pesquisa e documentação; instrução aos processos de tombamento; gestão de informação e monitoramento dos processos de tombamento; fiscalização a bens tombados; elaboração de projetos; análises de projetos de terceiros; administração de obras e convênios; fiscalização de obras de terceiros; assessoria técnica ao Funcultura – Fundo de Incentivo à Cultura, com relação ao Patrimônio Material; Representação e Conselhos, Câmaras Técnicas dentre outros. **3.1. Atribuições da unidade de preservação:** 3.1.1. Identificação, pesquisa e documentação: visitas técnicas, estudos e levantamentos; 3.1.2. Instrução a processos de tombamento: análise prévia de propostas



P.P.P. y



**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

de Tombamento e elaboração de Exames Técnicos; 3.1.3. Gestão de informações e monitoramento de processos de tombamento: acompanhamento da tramitação dos processos e emissão de Declaração de Restrições em Bens Imóveis. 3.1.4. Fiscalização de bens tombados: elaborações de relatórios e de notificações, orientações técnicas. 3.1.5. Elaboração de projetos; 3.1.6. Análise de projetos de terceiros, representação em conselhos, câmaras temáticas como: Grupo Técnico com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e Prefeitura do Recife, Conselho de Desenvolvimento Urbano de Triunfo e Conselho de Preservação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Cruz. **3. 2. Atribuições da unidade de planejamento e obras.** 3.2.1. Atribuição da unidade de planejamento: elaboração de projetos, análise de projetos, representação em conselhos, câmaras técnicas como: Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, Conselho Gestor da APA Santa Cruz e Conselho Gestor do Parque Estadual Dois Irmãos. 3.2.2. Assessoria ao Funcultura: antes e depois tendo como atribuições revisão anual do edital e resolução, análise de projeto e orientação técnica no projeto. Além de, durante a execução fazer o assessoramento técnico aos pareceristas, no julgamento. 3.2.3. Atribuição da unidade de Obras. 3.2.4. Fiscalização de obras de terceiros: relatórios de acompanhamento e orientações técnicas caso necessário seja. 3.2.5. Administração de obras e convênios como elaboração de planilha orçamentária como elaboração de termo de referência, acompanhamento de processos licitatórios, acompanhamento de obras, elaboração de plano de trabalho e acompanhamento de convênios. **3.3. Ações e projetos em andamento.** 3.3.1. Acompanhamento de obras em bens tombados de equipamentos culturais que são administrados pela Fundarpe como: Restauração do Museu do Trem (status em andamento), Restauração da Torre Malakoff (status em andamento), Manutenção da Casa da Cultura (status em andamento), Manutenção da Casa Natal de Oliveira Lima – Casa dos Conselhos (status em andamento), Manutenção na Sede da Fundarpe (status em andamento), Acessibilidade no Museu de Arte Sacra de Pernambuco (MASPE) (status em andamento), Reforço Estrutural do Museu de Arte Contemporânea (MAC) (status em andamento), Conservação da Casa de Câmara e Cadeia do Brejo da Madre de Deus pelo Edital do Funcultura (status à iniciar) e Reforma do Museu do Barro (status à iniciar). 3.3.2. Acompanhamento de bens culturais que são administrados por terceiros como: Restauração da Coberta e Forro da Igreja Matriz de São José, Conservação do Mural de Lula Cardoso Ayres localizado no Aeroporto do Recife Gilberto Freyre, Instalação de coberta suplementar do Palácio da Justiça, Reforma do Cemitério de Santo Amaro, Restauração da Estação Ferroviária de Moreno, Reforma e Acessibilidade da Fábrica Caroá Agreste Central localizado na cidade de Caruaru, Restauração da Estação e Armazém Ferroviário de Caruaru, Restauração da Força Pública de Floresta, a construção de anexo, Restauração do Engenho Machado pelo Edital do Funcultura, Transposição do Paineiro "Batalha dos Guararapes" de Francisco Brennand. 3.3.3. Elaboraões de Termo de Referência para contratação de obra de restauração do Forro

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

do Cinema São Luiz e das Cantarias e Gradis da Casa da Cultura (ambos com status à iniciar). 3.3.4. Análise de projetos em bens tombados que são: Acessibilidade da Estação do Cabo de Santo Agostinho e Restauração das fachadas da Igreja Matriz de São José, ambos com status em andamento. Em relação à análise de projetos em bens tombados com pendências são: Restauração do Chalé do Prata, Região Metropolitana, Conservação do piso do Memorial de Medicina, Restauração da Coberta da Igreja Matriz de Santo Antônio de Tracunhaém. 3.3.5. Ações e projetos em unidades de preservação são: Regularização de obra no Imóvel s/n, Av. Cleto Campelo (status em andamento); Projeto de Requalificação do Santuário de São Severino do Ramos, localizado em Paudalho (status em andamento); Execução da obra de pavimentação do acesso à estátua de Frei Damião (status em andamento); Recuperação do Imóvel nº 114 da Praça cel. Capitulino Marinho Falcão (status com pendência); Reforma do Imóvel nº 17 da Praça Bom Conselho (status com pendência) e Demolição total de imóveis no Bairro do Recife (status com pendência). 3.3.6. Atendimento a procedimento do Ministério Público referente à unidade de planejamento e obras são: Projeto da calçada do Coqueiral de Olinda e Denúncia de construção sobre os trilhos do Trecho Ferroviário Recife-Gravatá, ambos com pendências. Já atendimento a procedimento do Ministério Público referente à unidade de preservação são: Denúncia de dano ao patrimônio público praticado pelo Consórcio Novo Recife no Pátio Ferroviário de Cinco Pontas e Solicitação de Informações referente ao Procedimento nº 01724.000.034/2020 da Promotoria de Justiça de Triunfo, ambos com status em andamento. 3.3.7. Processos de tombamento com exame técnico iniciado que são: Casa Grande do Engenho Estrela do Norte/Engenho Machado, Patrimônio Ferroviário Edificado no Território do Estado de Pernambuco, Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Caroá e Pinturas Murais do artista plástico Pernambucano Lula Cardoso Ayres. 3.3.8. Processos de tombamento com exame técnico a iniciar que são 59 (cinquenta e nove). 3.3.9. Gestão de núcleos históricos, status de todos a iniciar com audiências públicas para discutir a atuação do Estado nas proteções do Centro Histórico Urbano de Tacaratu, Centro Histórico do Município de Belém do São Francisco, Conjunto Urbano de Tracunhaém – Casas, Ruas e Praças do Centro Urbano da Cidade, Centro Histórico de Goiana e Antiga Vila de Fazenda Nova. Quanto ao monitoramento são: Núcleo Urbano de Brejo da Madre de Deus, Vila Real de Cimbres, Núcleo Histórico da Cidade de Triunfo, Sítio Histórico do Caboclo e Povoado de Vila Velha. 4. A Coordenação de Patrimônio Imaterial compete prover à Fundarpe de assessoramento técnico sobre as políticas voltadas ao Patrimônio Cultural Imaterial, atuando nas atividades promovidas e/ou atribuídas à GGPPC. Políticas públicas prioritárias como: a) Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco - RPI; Lei nº 16.426, de 27 de setembro de 2018: institui o Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, no âmbito do Estado de Pernambuco; b) Registro de Patrimônio Vivo de Pernambuco - RPV; Lei Estadual nº 12.196, de 02 de maio de 2002: institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE; c)



D.P.P. y

3

AC.



**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

Programa Estadual de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco. Decreto nº 47.129, de 14 de fevereiro de 2019: institui o Programa Estadual de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco. 4.1. Ações e projetos em andamento como: a) Solicitar crédito suplementar na LOA 2023 para contratação de empresas especializadas para execução de inventários de bens culturais de natureza imaterial para instrução de processos de Registro de bens culturais de natureza imaterial; b) Elaboração do Termo de Referência para Elaboração de Inventário para 18 (dezoito) bens culturais em processo de registro; c) Iniciar protocolo de oficinas para elaboração dos Planos de Salvaguarda dos Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados no Estado de Pernambuco; d) Iniciar protocolos de revalidação de Registro de 27 (vinte e sete) bens titulados como Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco pela Assembleia Legislativa (registros até 2018); e) Iniciar protocolo de execução da 18ª Edição do Concurso para o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (2023); f) Distribuição do Jogo do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco entre os Patrimônios Vivos registrados; g) Lançamento do Catálogo do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco. Publicação que reúne informações sobre o resultado da 17ª Edição do Concurso, realizada em 2022, contemplando 10 novos Patrimônios Vivos. (Previsão de Lançamento: novembro/2022); h) Iniciar protocolo de definição da Comissão Especial de Análise da 18ª Edição do Concurso para o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (2023); i) Execução do Prêmio Cancão de Fogo de Salvaguarda da Capoeira no Estado de PE. 4.2. Participação de representantes da Comissão do Patrimônio Imaterial (CPI) em fóruns, comitês, grupos de trabalho e conselhos como: grupo de trabalho de normatização do Bacamarte; Comitê Gestor para Salvaguarda do Frevo; Comissão de Cachê; Comissão Deliberativa do Funcultura; Grupo de Assessoramento Técnico ao Funcultura; Comissão Estadual de Salvaguarda da Capoeira. 4.3. Registro do Patrimônio Imaterial do Estado de Pernambuco mediante o disposto na lei nº 16.426, de 27 de setembro de 2018, no art. 17 "Consideram-se registrados pelo Estado, sendo automaticamente levados aos respectivos Livros de Registro, todos os bens culturais que, situados no seu território, sejam registrados pela União". Assim, temos o seguinte panorama de bens culturais registrados pelo Estado de Pernambuco. Apresentação dos bens culturais de natureza imaterial registrados no Estado de Pernambuco, dispondo de bens culturais de natureza imaterial registrados em âmbito federal são 14 (catorze), e em âmbito estadual, dois, ressalva que esses dados foram atualizados em 18 de dezembro de 2022. Já os bens culturais de natureza imaterial registrados pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Brasil, com incidência em Pernambuco são: Ofício das Baianas de Acarajé, Feira de Caruaru, Frevo, Ofício do Mestre de Capoeira, Maracatu de Baque Solto, Maracatu Nação, Cavalo Marinho, Teatro de Bonecos Popular, Caboclinhos, Literatura de Cordel, Ciranda do Nordeste, Repente e Matrizes do Forró. Considerando-se o que determina o art. 17 da Lei nº 16.426, de 27 de setembro de 2018, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC, emitiu a Resolução de número 05, de 17 de março de



R.P.P.



**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no dia 28 de abril de 2022, que aprovou, por unanimidade, o encaminhamento para inscrição nos respectivos Livros de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco, sob a guarda e responsabilidade do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, os Bens Culturais Imateriais reconhecidos e registrados pela União que possuem incidência no território deste Estado. Bens do Patrimônio Cultural Imaterial registrados no Estado de Pernambuco com base na Lei Estadual nº 16.426, de 27 de setembro de 2018. Abaixo segue a lista de bens culturais registrados que foram submetidos aos processos técnicos e administrativos do sistema de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco, sendo analisados pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e reconhecidos pelo Governo de Pernambuco como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco. A lista citada acima consta os seguintes bens: Festa de Agosto de São Lourenço da Mata e Bandas de Pífano de Pernambuco. Os Bens do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco em processo de registro no Estado (Lei Estadual nº 16.426, de 27 de setembro de 2018). A partir de 2019 a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco recebeu requerimentos de registro dos bens culturais de natureza imaterial situados no Estado de Pernambuco, adequando-os aos procedimentos técnicos e administrativos vinculados ao Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, no âmbito do Estado de Pernambuco. Assim apresentou os requerimentos por ano. 4.4. Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco quanto a essa temática: A Lei do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, Lei nº 12.196, de 02 de maio de 2002, tem como objetivo reconhecer, valorizar e apoiar mestres, mestras e grupos que detenham os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e a preservação de aspectos da cultura tradicional ou popular - formas de expressão, saberes, ofícios e modos de fazer, em especial, os que sejam capazes de transmitir seus conhecimentos, técnicas e habilidades às novas gerações de alunos e aprendizes, objetivando a proteção e a difusão do patrimônio pernambucano. Sua missão, ainda, é possibilitar e potencializar o reconhecimento, acesso, difusão e fruição dos diversos bens, memórias, saberes e histórias presentes nas culturas populares. Para tanto, além de receberem bolsas vitalícias, os mestres, as mestras e grupos contemplados, participam de diversos programas de ensino-aprendizagem, como oficinas, palestras, cursos e concursos, com o propósito de transmitirem seus saberes, processos fundamentais para a produção, manutenção e recriação de nossas manifestações culturais. Por fim, a Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural ainda dispõe de setores específicos: assessoria jurídica, comunicação e memória e educação patrimonial. 5. O setor de Comunicação e Memória tem como principais atribuições a coordenação, planejamento, criação e difusão dos projetos e produtos elaborados pela Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural, como a Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco e o Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural criados em 2008 e 2015 respectivamente. É também responsável pela Coordenação do Fundo de Incentivo



U.P.P. 8



**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

à Cultura - Funcultura - Área de Patrimônio, fazendo o assessoramento do Grupo Temático de pareceristas da área e pela criação e diagramação dos produtos realizados pela gerência. 5.1. A Coordenação da Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco trata de uma importante ação promovida pela Secretaria Estadual de Cultura (Secult/PE) e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), desde 2008, e tem como objetivo comemorar o dia nacional do patrimônio histórico, 17 de agosto, ampliando espaços de debate interdisciplinar e interinstitucional sobre as mais diversas questões para a compreensão das formas de constituição, valorização, reconhecimento e preservação dos patrimônios culturais. 5.2. A Coordenação do Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural. O Governo de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Estadual de Cultura e Fundarpe, lançaram, em 2015, o Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, com objetivo de reconhecer e premiar, com recursos na ordem de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), à atuação dos fazedores de bens culturais de natureza material e imaterial beneficiando os responsáveis por ações bem sucedidas de proteção, preservação, conservação, salvaguarda e outras formas de acautelamento do Patrimônio Cultural em todas as macrorregiões do Estado de Pernambuco. O Prêmio é estruturado em três categorias: Formação (ações educativas); Promoção e Difusão; e Acervos Documentais e Memória Cultural, destinando aos primeiros lugares de cada categoria o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e aos segundos lugares, R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A Comissão de Análise é composta de um (01) presidente, representante do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e mais quatro (04) membros e seus respectivos suplentes, todos notórios saber e com ampla experiência em projetos culturais, indicados por cinco instituições públicas: Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade de Pernambuco (UPE). 5.3. Assessoria ao Funcultura em três momentos: (Antes e Depois), com a revisão anual do Edital e da Resolução e (Durante), com o assessoramento técnico aos pareceristas, no julgamento. 5.4. Criação de identidade visual e diagramação de publicações como criação de identidade visual, para eventos, exposições, concursos e premiações; e diagramação de publicações em meio físico e digital, e atualização de edições anteriores. 5.5. Ações ou projetos em andamento por ano: a) (23 de dezembro de 2022): Lançamento da 8ª Edição do Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco. O Governo de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Cultura e Fundarpe, lançaram, em 2015, o Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, com objetivo de reconhecer e premiar, com recursos na ordem de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), à atuação dos fazedores de bens culturais de natureza material e imaterial beneficiando os responsáveis por ações bem sucedidas de proteção, preservação, conservação, salvaguarda e outras formas de acautelamento do Patrimônio Cultural em todas as



**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

macrorregiões do Estado de Pernambuco. b) (2022/2023) Lançamento da 8ª Edição da Revista Eletrônica Aurora 463 que é o resultado de uma Semana do Patrimônio exitosa em 2015, a Secretaria de Cultura e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, através da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural, tomou a decisão de lançar a Revista Eletrônica Aurora 463. Uma publicação produzida de forma coletiva, que tem a intenção de registrar as ações e as atividades promovidas durante o evento, constituindo-se como um espaço de difusão das diversas formas de pensar, interpretar, experimentar e brincar o patrimônio; e promovendo a extensão do conhecimento sobre preservação patrimonial. c) (2022/2023) Revisão e Produção da 4ª Edição da Publicação sobre Patrimônios de Pernambuco: Material e Imaterial. A publicação apresenta a lista da relação dos bens materiais e imateriais do Estado, além da legislação voltada para o Patrimônio, os procedimentos que a comunidade pode seguir para requerer um processo de tombamento ou registro de bens materiais e imateriais e registro dos Patrimônios Vivos de Pernambuco. Também traz esclarecimentos sobre as atribuições do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, descreve conceitos e metodologias participativas de Educação Patrimonial e os principais projetos que estão sendo realizados na área, apresenta o Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, e ainda disponibiliza um Glossário com termos técnicos sobre o patrimônio cultural, para auxiliar pesquisadores e interessados em entender, refletir e preservar o patrimônio cultural de Pernambuco. 6. Com a temática de educação patrimonial compete ao setor de Educação Patrimonial prover à Fundarpe de assessoramento técnico e projetos na área de Educação Patrimonial, promovidos e atribuídos à Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural (GGPPC), em conformidade com as políticas voltadas ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Estado de Pernambuco. Colabora ainda com setores e projetos da Secretaria de Cultura que dialogam ou necessitam de assessoramento técnico na área de Educação Patrimonial. Destacamos ainda ações preventivas junto a Bens Tombados/em processo de tombamento e de bens Registrados ou em processo de registro; Projetos com instituições parceiras; produção de cartilha/livro e assessoramento técnico na área. 6.1. Ações e projetos em andamento como a) Processo de Tombamento do Patrimônio Ferroviário; Desenvolvimento de ações de pesquisa e educação patrimonial para subsidiar o Exame Técnico do Processo de Tombamento do Patrimônio Ferroviário no Estado de Pernambuco. Previsão de conclusão do exame técnico: dezembro/2022. Como parte do processo de tombamento do Patrimônio Ferroviário de Pernambuco, foi realizado em 2021, de forma remota, o 1º Encontro com gestores sobre o Patrimônio Ferroviário de Pernambuco dentro da programação da Semana do Patrimônio Cultural, que consistiu num rico momento para dar conhecimento acerca do processo de tombamento e sobretudo objetivando troca de experiências com vistas à preservação e salvaguarda dos bens culturais ferroviários. Dando continuidade a esse momento, no ano seguinte, foram realizadas oficinas, também de forma remota, com alguns municípios



A.P.P. 7

Ac.



7

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

para ampliar escuta sobre histórias, memórias e afetos acerca do patrimônio ferroviário, num processo compartilhado, inspirados no instrumento dos inventários participativos. A exposição “Pare, Olhe, Escute: Os Caminhos do Patrimônio Ferroviário de Pernambuco”, desenvolvida pelas equipes do Museu do Trem do Recife e da GGPPC/Fundarpe, projetada inicialmente para ocupar o estande da Fundarpe na 22ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte) e em seguida o 30º Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), reuniu de forma objetiva, lúdica e dinâmica, um conjunto de informações sobre a história da ferrovia em Pernambuco, as práticas de preservação do patrimônio ferroviário no estado, bem como sobre os novos usos e possibilidades adotadas e que de alguma maneira contribuíram para a preservação dos bens remanescentes da antiga Rede Ferroviária Federal S/A. Contando com vários painéis, projeção de vídeo com depoimentos e peças do acervo do Museu do Trem, a exposição começou a circular pelo estado e contribuiu para uma maior aproximação com os municípios. Sua realização foi de grande importância para garantir um dos princípios que regem a proposta do Tombamento do Patrimônio Ferroviário de Pernambuco, que é a construção coletiva do bem, tendo a educação patrimonial como ponto de partida. Assim, à medida que a exposição incentivou a participação popular no Inventário Participativo e a adesão ao abaixo-assinado pelo Tombamento, consolidou-se como um importante recurso de educação patrimonial. b) Cartilha Jogo do Patrimônio Vivo de Pernambuco: há a previsão de distribuição e divulgação da cartilha “Jogo do Patrimônio Vivo” elaborada em conjunto com a Coordenadoria de Patrimônio Imaterial/Unidade Gestora do RPV-PE, para escolas públicas estaduais em dezembro/2022. A publicação, produzida pela Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundarpe, surgiu da necessidade de atender o Plano Estadual de Cultura de 2018, especialmente no que diz respeito ao objetivo estratégico. 6.2. de integração com a arte e a cultura. O material também acolhe uma demanda de professores que, durante as sete edições do Seminário de Educação Patrimonial de Pernambuco realizado por esta Fundação, apontaram a necessidade de materiais didáticos na área de patrimônio cultural e sobre os Patrimônios Vivos. Com o objetivo de despertar em jovens e adolescentes a valorização dos saberes praticados por grupos, mestras e mestres do nosso estado, a cartilha está estruturada em duas partes. A primeira apresenta uma introdução ao tema da preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, bem como mestres, mestras e grupos registrados como Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, responsáveis pela salvaguarda das diversas manifestações culturais do estado. A segunda disponibiliza duas opções de jogos, criados especialmente para o projeto, com o intuito de aproximar os Patrimônios Vivos dos estudantes. Em junho de 2022, foi realizado o lançamento e a apresentação do material ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural para posterior distribuição às escolas. c) Programa Estadual de Educação Patrimonial tem duas ações: elaboração no segundo semestre de 2022, do estudo técnico e minuta para criação do Programa Estadual de Educação Patrimonial. O estudo foi apresentado ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, que institui um grupo de



M.P.P.

y

AC?



8

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

trabalho para desenvolvimento da proposta de decreto a ser proposta ao Governo de Pernambuco e elaboração do planejamento de execução de ações para 2023, à luz das diretrizes apresentadas no Programa Estadual de Educação Patrimonial. 6.3. Ações previstas para o exercício 2023 são: a) Oficinas de formação sobre a metodologia de inventário participativo ministradas para professores em agosto/2022 nos municípios de Limoeiro, Bom Jardim, Surubim e Ilha de Fernando de Noronha, e para a equipe técnica do inventário da Renda Renascença em Poção, em parceria com a Coordenadoria de Patrimônio Imaterial. Previsão de retomar ações no primeiro semestre de 2023 para segunda etapa e aplicação do inventário nas escolas ao longo do ano letivo. A perspectiva dos Inventários Participativos “considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca do seu patrimônio Cultural” (Manual de Aplicação/Iphan, 2016, p.5). b) Seminário de Educação Patrimonial de Pernambuco com previsão de continuidade em 2023 do Seminário de Educação Patrimonial de Pernambuco, realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, integrado à programação da Semana Estadual do Patrimônio Cultural. c) Rede de Educadores Patrimoniais de Pernambuco, criada em 2019. A Rede de Educadores Patrimoniais de Pernambuco, buscou estimular reflexões sobre a temática do Patrimônio Cultural junto à comunidade escolar. Realizada numa parceria entre Fundarpe, Secretaria de Educação de Pernambuco (SEDUC/PE) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (IPHAN/PE), adotou a metodologia dos Inventários Participativos, desenvolvida pelo Iphan. Contou com participação de 28 profissionais da educação, entre professores e técnico-pedagógicos, e cerca de 350 estudantes, visando a ampliação e o compartilhamento de experiências das práticas de Educação Patrimonial nas escolas da rede estadual de ensino. A proposta é de que a Rede continue crescendo com a participação de um número amplo de docentes e estudantes que possam de forma colaborativa realizar um trabalho continuado em prol da preservação e salvaguarda dos seus patrimônios culturais. d) Oficinas denominadas Diálogos Patrimoniais para técnicos do Programa Mãe Coruja é uma colaboração com o Programa Mãe Coruja na realização de encontros formativos para técnicos e população atendida nos Cantos Mãe Coruja nos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), Agreste, Mata Norte e Sertão. Há previsão de continuidade aos encontros formativos, que em 2021 e 2022 foram realizados remotamente, com municípios ainda não contemplados de todas as regiões de desenvolvimento em 2023. Em 2021, numa parceria com o Programa Mãe Coruja, foi realizado o webinar “Meu lugar é alguém: encontro de histórias, memórias e afetos”, pelo setor de Educação Patrimonial da GGPPC/Fundarpe com transmissão pelo canal da Secretaria Estadual de Cultura no Youtube. No ano seguinte, foi desenvolvido um ciclo de oficinas de forma remota, intitulado “Diálogos Patrimoniais”, para técnicos dos Cantos Mãe Coruja e professores dos Círculos de Educação e Cultura, que integram o Programa Mãe Coruja Pernambucana. No total das ações, participaram cerca de 200 (duzentas) pessoas

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

oriundas de todas as regiões de desenvolvimento do Estado. 7. O centro de documentação denominado Biblioteca Teca Carlos é vinculado à Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural ligada à Fundarpe, o centro compreende em seu acervo documentos produzidos na atuação técnica do órgão, acumulada desde sua criação em 1973, na preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial de Pernambuco. A Fundarpe em seu estatuto de origem se vinculava à exigência de atendimento ao Programa do Governo Federal de Reconstrução de Cidades Históricas da Região Nordeste do Brasil com vigência no período de 1972 a 1979. A partir de 1979, com a instituição da Lei nº 7.970/79, e criação do Sistema Estadual de Tombamento do Patrimônio Material lhe foi atribuída competência técnica de exercer em relação aos bens tombados pelo Estado, os poderes que a Lei Federal atribui ao IPHAN quanto aos bens tombados da União. Nos anos de 2000, quando vem a ser estruturado em nível federal o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), no Estado foram promulgadas, a Lei nº 16.426/2018 e a Lei nº 47.129/2019, de criação do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Imaterial e Programa Estadual de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, respectivamente, cabendo à Fundarpe a competência técnica de gestão. Em outra iniciativa, ainda, foram promulgados a Lei nº 12.196/2002 e Decreto nº 27.503/2004, encampando o Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco, que reconhece atores de transmissão de saberes, cabendo à Fundarpe a gestão e monitoramento de resultados. O acervo documental reúne os processos de tombamento, inventários de registros, processos do registro do Patrimônio Vivo e prêmios, notas e pareceres técnicos de projetos de restauro, plantas, fotografias e projetos arquitetônicos, além de publicações referentes à História, à Arte, à Preservação, editados e adquiridos pela Fundarpe e originados de doações. 7.1. Ações e projetos em andamento: O acervo documental da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural tem processos de tombamento e documentos técnicos. Estes se encontram em processo de digitalização pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). A ação vem ao encontro dos esforços pela preservação dos registros documentais e da memória institucional da Fundarpe, sobretudo, em virtude das comemorações pelos 50 anos desta Fundação que será em 2023. Também objetiva a disponibilização de forma mais ampla ao público externo (estudantes, técnicos e pesquisadores), em plataforma digital (web), garantindo melhor atendimento a sociedade. O anexo de número 1 é composto de lista dos processos de tombamento com exame técnico a iniciar que são: 1) Conjunto Urbano de Tracunhaém, 2) Estação do Brum, 3) Estação Central do Recife, 4) Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Caroá, inclusive o Bloco B, 5) Conjunto Arquitetônico que forma o Engenho Moreno, inclui a Casa Grande e a Capela, 6) Casa Grande do Engenho Estrela do Norte - Engenho Machado 7) Igreja Matriz de São Sebastião do Ouricuri, 8) Engenho Gaipió, 9) Tombamento do Patrimônio Ferroviário Edificado no Território do Estado de Pernambuco, que pertence ou pertenceu à Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, 10) Edifício Oceania, 11) Vila do Baldo do Rio, 12) Engenho José Benzota de Carvalho - Engenho Benzota, 13) Núcleo Histórico da Cidade de

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

Triunfo, 14) Igreja de São Luiz Gonzaga, 15) Sítio Histórico de São Severino dos Ramos, 16) Casa Grande do Antigo Engenho Suassuna, 17) Pinturas Murais do artista plástico pernambucano Lula Cardoso Ayres, 18) Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Sirinhaém, 19) Antiga Casa da Câmara e Cadeia de Flores, 20) Palácio Celso Galvão, sede oficial do Poder Executivo de Garanhuns, 21) Edificações remanescentes do Antigo Conjunto Fabril da Torre, 22) Imóveis do Conjunto Habitacional do Antigo Parque Industrial da Torre, 23) Acervo do Instituto Miguel Arraes – IMA, 24) Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Oiteiro de Maracaípe, 25) Fábrica de Tecidos de Camaragibe, 26) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, 27) Prédio da antiga Rádio Difusora de Pesqueira, atual Rádio Jornal, 28) Estação Ferroviária de Pesqueira, 29) Prédio da atual Estação de Tratamento de Esgotos - ETE do Cabanga, 30) Cemitério do Bom Jesus da Redenção - Cemitério de Santo Amaro, 31) Igreja de São Félix, 32) Campus Anísio Teixeira da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, composto dos bens modernistas do século XX: Edifício Renato Carneiro Campos, Edifício Dirceu Pessoa, Edifício Antiógenes Chaves e antigas Casas de Vivendas de Apipucos do século XIX: Casarão Delmiro Gouveia (antes Vila Anunciada), e o casarão hoje denominado Edifício Jorge Tasso, 33) Acervo Documental da Justiça do Trabalho - Dissídios Coletivos do TRT 6 CODEARD PETRT6MJT (1941-1985) - conflitos trabalhistas urbanos e rurais de Pernambuco, 34) Palácio Episcopal da Diocese de Petrolina, 35) Torre de Transmissão da Antiga TV Manchete, 36) Casa do Compositor Lourenço da Fonseca Barbosa – Capiba, 37) Loja Maçônica "Fraternidade e Progresso", 38) Centro Histórico Urbano de Tacaratu, 39) Casa do Poeta Ademar Tavares – Goiana, 40) Monumento Natural, Geossítio e Sítio Arqueológico da Pedra Furada, 41) Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Rua Benfica, 42) Acervo de Lourenço da Fonseca Barbosa, Capiba, 43) Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 44) Centro Histórico do município de Belém do São Francisco, 45) Sítio do Padre - Casa e Capela, 46) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, 47) Sítio Histórico Pedra do Reino, 48) Capela das Almas, 49) Edifício do Antigo Mercado de Cereais e Farinha, 50) Centro Histórico da Cidade de Floresta, 51) Campus Gilberto Freyre da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), 52) Casa Museu Mestre Vitalino, 53) Ruínas da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, 54) Igreja de Nossa Senhora da Saúde, 55) Edifício do Antigo Açougue da Cidade de Vitória de Santo Antão, 56) Hotel Parque, 57) Acervo documental produzido pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara, 58) Ruínas da Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos de Tejucupapo e 59) Centro Histórico de Goiana. Após apreciação do relatório de transição da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural ligada à Fundarpe, foi solicitado detalhamento do status de cada processo de tombamento no âmbito do patrimônio material e aqueles de registro do patrimônio imaterial, com o objetivo de acompanhamento por parte deste Conselho. Ainda em reunião, foi apontado destaque para que haja um histórico do que já foi feito até o momento dos bens que passo a informar: 1. Conjunto Urbano de Tracunhaém - Casas, Ruas e Praças do Centro Urbano

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
-CEPPC/PE (Presencial)**

da Cidade; 2. Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Caroá; 3. Casa Grande do Engenho Estrela do Norte – Engenho Machado; 4. Engenho Gaipió; 5. Cemitério do Bom Jesus da Redenção - Cemitério de Santo Amaro; 6. Palácio Celso Galvão, sede oficial do Poder Executivo de Garanhuns; 7. Acervo Documental da Justiça do Trabalho - Dissídios Coletivos do TRT 6 (1941-1985), urbanos e rurais; 8. Sítio Histórico Pedra do Reino; 9. Capela das Almas; 10. Ruínas da Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos de Tejucupapo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Interino, Cássio Raniere Ribeiro da Silva, deu por encerrada a reunião e eu, Amanda Oliveira de Araújo Carneiro, lavrei a presente Ata, que, depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais presentes na Reunião.

Amanda Carneiro

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima

Ana de Fátima Braga Barbosa

Augusto Ferrer

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cássio Raniere

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

✓

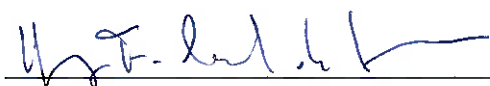
Cecília Canuto de Santana

U.P.P.
[Signature]

**422ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC
(Presencial)**



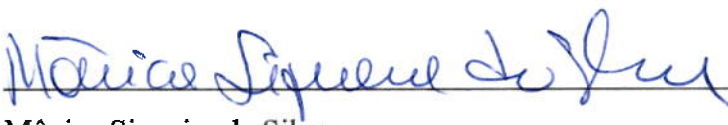
Diomedes de Oliveira Neto;



George Félix Cabral de Souza



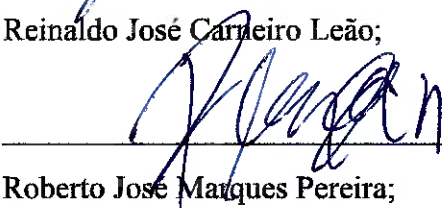
Margarida de Oliveira Cantarelli



Mônica Siqueira da Silva;



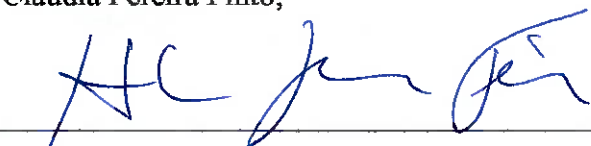
Reinaldo José Carneiro Leão;



Roberto José Marques Pereira;



Claudia Pereira Pinto;



Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho.